MACROECONOMIA

DESAFIO CRESCENTE

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ECONOMIA brasileira atravessa um momento delicado em 2015. Desde o início do ano, o Governo mudou significativamente a orientação da política econômica, promovendo um ajuste fiscal e um aperto da política monetária. Esse processo representa uma clara inversão em relação à estratégia de política econômica do primeiro mandato da presidente Dilma, que levou a um desajuste das contas públicas e a uma elevação do patamar de inflação no País nos últimos anos.

Em função disso, o Banco Central (BC) tem elevado sistematicamente a meta da taxa básica de juros – Selic – nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) realizadas no primeiro semestre do ano. Ao mesmo tempo, o Ministério da Fazenda implementou um conjunto de medidas de âmbito fiscal visando a um ajuste das contas públicas e um superávit primário neste ano superior a 1% do PIB.

Os efeitos resultantes dessas medidas no conjunto da economia brasileira são claramente recessivos. De um lado, os aumentos de impostos e os cortes de gastos do Governo e, de outro lado, o aumento da taxa de juros têm efeitos de desacelerar o ritmo da demanda agregada, levando a um aumento do nível de estoques na economia, com consequentes redução da produção e aumento do desemprego.

Infelizmente, não havia muito que o Governo pudesse fazer de diferente nesse momento, além de proceder a um ajuste de caráter recessivo. A inflação atingiu patamar perigosamente elevado, e sua eventual permanência neste nível por muito tempo eleva o risco de um aumento da indexação



ISTOCKPHOTO

da economia brasileira. O rompimento do ritmo de alta dos preços na nossa economia se tornou premente, fato reconhecido pelo governo brasileiro em fins do ano passado e início de 2015. O BC poderia ter sido mais contundente nesse processo no primeiro semestre do ano, tentando promover uma convergência mais rápida da inflação para o centro da meta estabelecida. A opção pelo gradualismo do Banco Central no que se refere à política monetária, no entanto, deveu-se, em grande medida, ao deteriorado ambiente político no período.

A recessão em curso no País, no entanto, impõe novos e crescentes desafios à equipe econômica. A queda no PIB ao longo de 2015 tem claros efeitos sobre a arrecadação do Governo. De fato, a desaceleração do ritmo da atividade econômica no Brasil no ano está superior ao esperado, levando a um desemprego maior do que o projetado. Logicamente, essa dinâmica econômica tem levado a sucessivas frustrações de receitas do lado da arrecadação, tornando o cumprimento da meta fiscal para 2015 cada vez mais difícil de ser atingido. Ciente disso, o Ministério do Planejamento já sinalizou que seria interessante flexibilizar a meta fiscal, criando um intervalo de tolerância para a mesma.

De qualquer forma, o País entra no segundo semestre do ano com uma percepção de um ambiente econômico bem mais complexo do que o projetado no início de 2015. A constatação desta realidade dificulta cada vez mais o trabalho da equipe econômica. Essas dificuldades tendem a ser amplificadas no atual e conturbado ambiente político do País. A partir disso, medidas que seriam essenciais para a efetivação do ajuste fiscal tornam-se cada vez mais difíceis de serem aprovadas no âmbito do Parlamento. As dificuldades em cortar gastos do lado do Governo também aumentam no contexto desse cenário.

Para piorar o quadro, o Governo se mostra acuado no lado econômico e relativamente incapaz de apontar o que será feito após o ajuste fiscal e o controle da inflação para que a economia brasileira seja relançada e a retomada do crescimento econômico seja estabelecida.

Nesse sentido, começa a se cristalizar a percepção de que a recessão em curso na nossa economia será prolongada, levando a um crescente desânimo do empresariado e dos consumidores, que tendem a retrair ainda mais os investimentos e o consumo.

Desse ponto de vista, o ambiente econômico está cada vez mais difícil para o Governo, que deve urgentemente criar uma agenda econômica positiva para os próximos anos, procurando reverter o quadro atual. ■

